

➤ **CONTRATOS - PROGRAMA**

**18. ADITAMENTO AO CONTRATOS PROGRAMA – ARSENAL CLUBE DA DEVESA –
EXPLORAÇÃO DO BAR:**

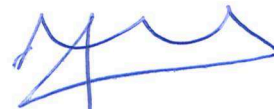
Da Vice-presidente Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de apoio não financeiro, podendo corresponder ao valor máximo de 600€, através da cedência do Bar da Piscina Municipal das Parretas, conforme minuta de aditamento ao contrato que se anexa.

Nº Informação: 39209

Data: 17/06/2022



22.06.17

**Assunto:** Aditamento ao Contrato - Arsenal Clube da Devesa - Exploração do Bar

O Arsenal Clube da Devesa, pessoa coletiva n.º 501275665, com sede na Av. Viriato Amaral Nunes, da freguesia de S. Lázaro, 4715-214 Braga, com o RECAM 65/2014, solicita ao Município de Braga, um aditamento ao contrato-programa, da época desportiva 2021/2022, celebrado a 21 de fevereiro de 2022, no sentido da cedência, por parte do Município, do Bar da Piscina Municipal das Parretas, do dia 02 de julho até ao dia 04 de setembro de 2022.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f).

Assim, e no sentido de colaboração com os Clubes e Associações Desportivas, proponho que o Município de Braga, atribua um apoio não financeiro, podendo corresponder ao valor máximo de 600€ (seiscentos euros), através da cedência do Bar da Piscina Municipal das Parretas, do dia 02 de julho até ao dia 04 de setembro de 2022, ao Arsenal Clube da Devesa, pessoa coletiva n.º 501275665, com sede na Av. Viriato Amaral Nunes, da freguesia de S. Lázaro, 4715-214 Braga.

À consideração superior,

A Vice-Presidente

Dr.ª Sartheiro Araújo



MINUTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: em representação do **ARSENAL CLUBE DA DEVESA**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 501 275 665, com sede na Av. Dr. Viriato Amaral Nunes, da freguesia de S. Lázaro, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado em 7 de dezembro de 2006, atualmente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II, da parte F, do **Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto**, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

(Objeto)

Constitui objeto do presente aditamento ao contrato, a cedência de utilização (exploração) do bar da Piscina Municipal das Parretas, num período do dia 2 de julho ao dia 4 de setembro.

Cláusula 2ª.

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE** cooperar com o **MUNICÍPIO** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato;
2. Facultar, sempre que o **MUNICÍPIO** necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
3. Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do MUNICÍPIO de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
4. Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
5. Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO** de Braga;
6. Manter as instalações em bom estado de conservação e limpeza;
7. A **ENTIDADE** deve cumprir com as regras de funcionamento da instalação, como:
 - a) Usufruir da instalação em moldes que confirmem elevados padrões de qualidade, designadamente no que diz respeito à higiene e segurança das respetivas instalações;
 - b) Praticar preços nunca superiores aos praticados em estabelecimentos similares;
 - c) Praticar o horário de funcionamento estabelecido de acordo com o período de funcionamento dos demais equipamentos daquela instalação desportiva;
 - d) Dar conhecimento imediato ao **MUNICÍPIO** de qualquer vício que afete o local;

- e) Em qualquer momento, o **MUNICÍPIO** poderá proibir a venda no bar de quaisquer artigos que provoquem inconvenientes ou sejam considerados menos próprios;
- f) Manter à disposição dos utentes o livro de reclamações, nos termos da legislação em vigor;
- g) Não proceder à venda de quaisquer produtos nas situações em que a venda seja proibida ou condicionada por lei, nomeadamente álcool e tabaco, proibidos no interior de instalações desportivas;
- h) Manter afixada, de forma bem visível, a tabela de preços;
- i) O serviço deverá ser efetuado por pessoal habilitado, correta e devidamente instruído, de forma a zelar pelo cumprimento das regras em vigor;
- j) Entrada proibida a pessoas não afetas ao bar, na instalação.

Cláusula 3ª.

(Cedência de Utilização de Instalações Desportivas Municipais)

1. O **MUNICÍPIO** é proprietário da instalação desportiva denominada de Piscina Municipal das Parretas, na qual existe um espaço destinado ao funcionamento de um bar;
2. O **MUNICÍPIO** cede a utilização do espaço destinado ao bar nesta instalação à **ENTIDADE**, durante o período do dia 2 de julho ao dia 4 de setembro, funcionando de segunda-feira a domingo, das 10h00 às 19h30;
3. A cedência de utilização das referidas instalações por parte do **MUNICÍPIO** pode corresponder a um apoio não financeiro no valor máximo de 600,00€ (seiscentos euros).

Cláusula 4ª.

(Obrigações do MUNICÍPIO/comparticipação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar um apoio não financeiro à **ENTIDADE**, no valor máximo de 600,00€ (seiscentos euros).

Cláusula 5ª.

(Afetação da instalação)

A instalação cedida no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

O Cláusula 6ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste contrato-programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7ª.

(Gestão da instalação)

A gestão da infraestrutura referida na cláusula 1ª. é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 8ª.

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 4 de setembro de 2022 (Época desportiva 2021/2022, com início em 02 de julho de 2022).

Cláusula 9ª.

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato-programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 10ª.

(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 11ª.

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto

Celebrado a _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)